

Análise argumentativa de uma fábula de La Fontaine*

Marion Carel**

École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS (Paris, França)



É pela fábula “O Leão e o Rato” que me interessarei. Ela tem em comum com “A Pomba e a Formiga” uma introdução de quatro versos, dos quais os dois primeiros constituem a moral comum e os dois seguintes, uma espécie de anúncio que explicita o estatuto do que segue:

É preciso, tanto quanto possível, prestar serviços a todo mundo:

Freqüentemente tem-se necessidade de um menor do que a gente.

Dessa verdade duas Fábulas darão testemunho.

Tanto isso é abundante em provas.

Quanto ao que segue, a própria fábula, aqui está ela:

Entre as patas de um Leão

Um Rato saiu da terra muito sem pensar

O Rei dos animais, nessa ocasião,

Mostrou o que era, e deu-lhe a vida.

Esse benefício não foi perdido.

Alguém teria um dia acreditado

Que um Leão necessitasse de um Rato?

Entretanto aconteceu que, ao sair da floresta,

Esse Leão foi preso numa armadilha

Da qual seus rugidos não puderam livrá-lo.

Sir Rato acorreu, e tanto fez com seus dentes,

Que uma malha roída desfez todo a rede.

Paciência e tempo

Fazem mais do que força e ferocidade.

Esses dois últimos versos constituem uma espécie de segunda moral, que diz respeito unicamente a “O Leão e o Rato”, e que deixarei de lado. Meu estudo focalizará exclusivamente a primeira moral, aquela relativa aos pequenos, que é comum às duas fábulas.

Mais precisamente, farei um estudo *argumentativo* da moral. Isto é, procurarei as argumentações evocadas pela moral e o modo como elas são exatamente expressas.

Emprego aqui o termo “argumentação” de modo um pouco desviante, porque englobo assim dois tipos de discurso. De um lado, o que chamo discursos *nor-*

mativos, isto é, aqueles que comportam partículas como “portanto”, “porque” ou “se” – e que são classicamente qualificados como “argumentações”. Mas eu englobo também o que chamo discursos *transgressivos*, e que contêm partículas como “no entanto”, “até mesmo”, ou ainda “se bem que”. Estes últimos são geralmente vistos como mais complexos do que os discursos em “portanto” e são qualificados como “concessões”. A mim, me parece, ao contrário, que os discursos com “no entanto” e os discursos com “portanto” têm estruturas paralelas, e é por isso que eu falo nos dois casos de “argumentação”.

Proponho-me a mostrar que a moral:

É preciso, tanto quanto possível, prestar serviços a todo mundo:

Freqüentemente tem-se necessidade de um menor do que a gente.

contém ao menos três argumentações, no sentido amplo que acabo de dar a esse termo:

(A1) *Até mesmo se alguém é menor, tem-se interesse em prestar-lhe serviço*

(A2) *Até mesmo se alguém é menor, pode-se ter necessidade dele*

(A3) *Se não se recebe a ajuda de um menor, pode-se estar em má situação*

Minha exposição terá três partes, respectivamente dedicadas ao estudo dos meios lingüísticos utilizados por La Fontaine na moral para exprimir cada uma das três argumentações precedentes. Um estudo completo deveria analisar, além disso, as relações que a moral tem com o corpo da fábula e as relações que ela tem com a forma proverbial “sempre se tem necessidade de um menor do que a gente” – na qual “sempre” tomou o lugar de “freqüentemente”. Sobre esses dois pontos, eu me contentarei em fazer aqui e ali observações alusivas.

1 (A1) é evocada graças à expressão *prestar serviços a todo mundo* e ao elo discursivo que relaciona os dois versos da moral.

Lembro a primeira argumentação:

(A1) *Até mesmo se alguém é menor, tem-se interesse em prestar-lhe serviço*

*Texto publicado em francês no *Bulletin Hispanique*, tomo 107, n. 1, 2005, p. 119-139. Tradução: Leci Borges Barbisan – PPGLetras, PUCRS, Porto Alegre, RS. Revisão da tradução: Telisa Furlanetto Graeff – UPF, Passo Fundo, RS.

**Agradeço Erwan Dianteill pela leitura deste texto e por suas sugestões, principalmente no que diz respeito às aproximações com Mauss.

Veremos que dois mecanismos permitem construir essa argumentação: a expressão “todo mundo”, como complemento do verbo “prestar serviços”, no primeiro verso; e de outro modo, o fato de que o segundo verso é dado como uma explicação do primeiro.

a) O papel de “todo mundo”

Foi freqüentemente notado, por exemplo por Fauconnier, que existe uma relação entre expressões concessivas e expressões universais.

É assim, por exemplo, nos empregos de *o menor* do tipo daquele que o Carvalho dirige ao Bambu:

O menor vento que, por ventura, / faz ondular a superfície da água / obriga você a baixar a cabeça.

Essa passagem, de fato, evoca de um lado uma concessão da forma:

Até mesmo se um vento é fraco, ele o obriga a baixar a cabeça.

Mas ela evoca também uma generalidade:

Todos os ventos obrigam-no a baixar a cabeça.

Mais precisamente, essa passagem declara que os ventos que são fracos fazem baixar a cabeça e isso basta para comunicar que todos os ventos fazem baixar a cabeça. Fauconnier (1975) generalizava isso, dizendo que uma das expressões de quantificação universal de um predicado consiste precisamente em declarar esse predicado válido quanto aos objetos aos quais ele parece menos se aplicar. Fauconnier levava assim a descrição da expressão concessiva “o menor” à das universais.

Seguindo Fauconnier, eu aceitarei que há um parentesco entre certas concessões e certos universais, mas farei o caminho inverso ao dele. Em vez de descrever a transgressão contida em “o menor” recorrendo à universal, descreverei a universal de “todo mundo” dizendo que ela assinala uma argumentação transgressiva. Dito de outro modo, analisarei a frase:

É preciso, tanto quanto possível, prestar serviços a todo mundo

como podendo ser explicitada por *É preciso, tanto quanto possível, prestar serviços a todo mundo, até mesmo tratando-se de alguém P*. A ocorrência de “todo mundo” no primeiro verso de La Fontaine terá assim por função indicar que é evocada uma argumentação transgressiva da forma:

Até mesmo se um indivíduo tem tal propriedade P, é preciso prestar serviço a essa pessoa.

É então o segundo verso da moral que vai especificar a propriedade P, apesar da qual é preciso, mesmo assim, prestar serviços à pessoa em questão.

b) O papel do segundo verso

Freqüentemente se tem necessidade de alguém menor do que a gente

Esse segundo verso tem um duplo efeito sobre a interpretação a dar ao primeiro. Primeiramente, eu anunciava, ele torna preciso “todo mundo”: as pessoas às quais é necessário “mesmo assim” prestar serviço são “os menores”. O que leva a ver no primeiro verso a evocação de frases como:

Até mesmo se alguém é menor, é preciso prestar-lhe serviço.

Em seguida, o segundo verso torna precisa a interpretação a dar a “é preciso” do primeiro, que se torna análogo a “tem-se interesse”. Ora, “é preciso” não tem obrigatoriamente esse sentido utilitário – ele pode, por exemplo, marcar um dever moral: *dever-se-ia*, como seres humanos, ajudar até mesmo os menores, até mesmo aqueles dos quais não se tem nada, nem a temer, nem a esperar. Se, na verdade, se trata, nos dois versos de La Fontaine, de brutal interesse, é por causa do segundo verso. Dele e de seu estatuto de explicação: é porque o “é preciso” do primeiro verso é justificado pela “necessidade”, de que se trata no segundo verso, que é feita a interpretação (A1) em termos de interesse.

É portanto juntos que os dois versos exprimem (A1):

(A1) *Até mesmo se alguém é menor, tem-se interesse em prestar-lhe serviço*

O primeiro verso fornece a estrutura (A1) e o segundo torna precisos certos termos dessa estrutura, isso é, preenche-lhe certos vazios, graças a seus elos discursivos com o primeiro verso.

c) Perspectiva: uma polifonia do primeiro verso?

Evocando a argumentação (A1), a moral de La Fontaine não tem nada a ver com a benevolência evangélica para com os pequenos. Ela tem um caráter interesseiro que explicaria que Rousseau não quisesse ensinar a Émile as fábulas de La Fontaine. Mas será que isso é tudo?

Para responder a essa pergunta, notar-se-á inicialmente que colocar o verbo “obligar” no sentido de “prestar serviço”, na argumentação (A1), conduz a aproximar esse emprego de “obligar” do emprego no qual ele toma o sentido de “forçar”. Dizer que se tem interesse em prestar serviço até mesmo aos pequenos, é compreender “prestar serviço a alguém” como “entrar com ele num sistema de obrigações”, ou antes “fazê-lo entrar em um sistema de obrigações”. Dito de outro modo, “prestar serviço” não significa mais tanto aqui “prestar” serviço quanto dar para forçar o outro a “prestar” serviço.

Mas há outro ponto importante na fábula, ponto que aparece mais no próprio corpo da história do que na moral. É a intricação entre o sistema de trocas ao qual a moral faz alusão e a virtude de generosidade sobre a qual a história insiste. Porque o Leão não age por interesse: ele “mostra o que ele é”, isto é sua generosidade; por outro lado, ele “dá a vida” – ele não se contenta com “deixar a vida”, mas ele faz o ato positivo de dá-la; enfim a ação do Leão é qualificada como “benefício”. O que não impede La Fontaine de encadear com “esse benefício não foi perdido”, fazendo assim entrar a generosidade num sistema de trocas.

A fábula é, portanto, mais rica do que só a argumentação (A1). Certamente, Rousseau devia achar decepcionante o verso “esse benefício não foi perdido”, que vê nos “benefícios” as vantagens que se tirará deles, mas ele podia também encontrar aí a marca de uma atitude moral, já que a troca começaria por um verdadeiro ato de generosidade, um benefício, digno de um Rei. É até mesmo o que permite ao primeiro dom de se constituir como troca: não se deve nada a quem se comportou de modo interesseiro. Esse paradoxo lembra a fórmula de Mauss em seu *Ensaio sobre o dom*: “dar, livremente e obrigatoriamente”.

Essa oscilação está também presente na moral ou esta apresenta só o ponto de vista interesseiro (A1)? A análise da expressão “tanto quanto se pode” deveria fornecer uma resposta: aceitando-se que ela marca um esforço virtuoso, ela devolveria a “é preciso” seu sentido moral e introduziria desse modo uma polifonia na moral. Uma voz, é o que vimos, ligaria “é preciso” a “necessidade” e declararia (A1):

(A1) *Até mesmo se alguém é menor, tem-se interesse em prestar-lhe serviço*

Mas uma outra voz ligaria “é preciso” e “tanto quanto se pode” e declararia (A1’):

(A1’) *até mesmo se alguém é menor, deve-se restar-lhe serviço*

A ambivalência de “é preciso” não seria então uma causa de ambigüidade, levantada em proveito de (A1) pelos elos do primeiro e do segundo verso: ela seria uma causa de polifonia, devida ao duplo elo que a expressão tem ao mesmo tempo com “necessidade” e com “tanto quanto se pode”.

2 (A2) é evocada graças a uma conexão interior a “ter necessidade de um menor do que a gente”.

A segunda argumentação:

(A2) *Até mesmo se alguém é menor, pode-se ter necessidade dele*

provém do que eu chamo uma *conexão* entre o verbo “ter necessidade de” e seu complemento “um menor do

que a gente”. Eu designo de fato pelo termo “conexão” a operação que consiste em colocar um “donc” (portanto) ou um “pourtant” (no entanto) entre duas expressões que podem ser palavras, ou eventualmente frases. A idéia é que a realização de uma conexão não exige a presença de duas frases. A conexão pode ser interior a um único sintagma – ou a uma única frase.

Essa idéia não é nova. Ela é encontrada, por exemplo, na *Lógica* de Port Royal. Lembra-se, de fato, que Arnauld e Nicole opõem as relativas determinativas (“os homens que são piedosos”) e as relativas explicativas (“os homens que são mortais”). Somente esta última introduziria um julgamento universal, ligando aqui “homem” e “mortal” em “os homens são mortais”. Mas isso não é tudo. Porque o julgamento “os homens são mortais” é, além disso, segundo Arnauld e Nicole, um desenvolvimento da compreensão da idéia de homem: haveria, adormecido em “os homens, que são mortais”, o fato de que ser mortal se deduz da natureza humana. Haveria, adormecida no sintagma “os homens que são mortais” a argumentação “sendo-se um homem, se é mortal”. As relativas explicativas não se contentariam, então, em conter apenas um julgamento ligando o antecedente do pronome relativo (“homem”) e o predicado da relativa (“ser mortal”). Elas conectariam por “portanto”, o antecedente do pronome e o predicado da relativa.

Do mesmo modo, a expressão “ter necessidade de alguém X” pode ser interpretada como efetuando uma conexão entre X e “ter necessidade”. Só que a conexão será com “portanto” ou com “no entanto” segundo, em particular, a escolha de X: “Maria tinha necessidade de alguém forte” (e ela chamou, portanto, Pedro) será de modo semelhante interpretado por “Maria tinha necessidade de Pedro *porque* ele é forte”; inversamente, “o senhor tem necessidade de seus escravos” será interpretado por “o senhor tem necessidade de trabalhadores, até mesmo se são escravos”.

O que é, então, “ter necessidade de um menor do que a gente”? Eu levantarei a hipótese de que é evocada a argumentação transgressiva (A2):

(A2) *Até mesmo se alguém é menor, pode-se ter necessidade dele*

e não a argumentação conclusiva (A2’)

(A2’) *Se alguém é menor, pode-se, por causa disso, ter necessidade dele.*

Uma prova de que a interpretação transgressiva (A2) é possível é que a inserção de “pourtant” (no entanto) em:

ter necessidade de um menor do que a gente

se faz sem dificuldade. Obtém-se então:

ter necessidade de alguém no entanto menor do que a gente.

Mas poderiam me objetar que a inserção de uma marca de normatividade é igualmente possível. Pode-se, sem problema, interpretar como:

ter necessidade de alguém porque ele é menor.

Por exemplo, o fato de que ele seja menor tem como consequência que ele passará mais facilmente sua mão no buraco em que está escondida a chave do tesouro. A interpretação normativa, por (A2'), é, portanto, possível.

Poder-se-ia até mesmo ir mais longe e notar que o verso comporta o advérbio “freqüentemente”: ora, a grande freqüência de uma necessidade me parece dever ir junto com sua estranheza. Quem objeta concluiria, portanto, que, não somente a interpretação normativa é possível, mas que ela se impõe. A conexão entre “pequeno” e “necessidade” não seria em “no entanto”, mas em “portanto”.

Eu responderei a isso com três coisas.

a) O argumento da grande freqüência não pode ser mantido: é preciso separar as questões de freqüência e de causalidade.

Até mesmo quando a freqüência é qualificada por “todos”, um elo transgressivo em “no entanto” pode se instaurar. Procurei em Frantext as ocorrências de “todos os” nas fábulas de La Fontaine. Encontra-se uma nos primeiros versos de *O lobo e o caçador* (VIII. 27). La Fontaine exorta aí cada um a aproveitar a vida desde hoje e começa sua fábula com:

*Ânsia de acumular, monstro de quem os olhos
vêm como pouca coisa todos os benefícios dos
Deuses.*

Eu te combaterei em vão sem cessar nessa obra?

O “monstro” em questão é aqui descrito pela argumentação:

*até mesmo se é um benefício dos Deuses, ele o vê
como pouca coisa.*

Ou ainda:

é um benefício no entanto ele o vê como pouca coisa.

Certamente, é *porque* ele é um monstro que ele olha como pouca coisa todos os benefícios dos Deuses. Mas há também, e é isso que me interessa, uma transgressão no próprio interior do sintagma “ver como pouca coisa todos os benefícios dos Deuses”, isto é, no próprio interior do sintagma no qual intervém “todos”. A significação de “todos” não se opõe, portanto, ao estabelecimento de uma conexão transgressiva entre “benefício dos Deuses” e “visto como pouca coisa”. Há estruturas do tipo “todos os N são Q” que evocam as argumentações da forma “até mesmo se é N, é Q”.

Vai-se distinguir esse fenômeno daquele desenvolvido no parágrafo 1. Tínhamos estudado então uma estrutura do tipo “todos os N são Q” que evocava uma transgressão da forma “até mesmo se um N é P, ele é Q”, de modo que restava encontrar o P (tratava-se dos pequenos) que era preciso acrescentar a N para fazer o elo transgressivo com Q. O que nós vemos agora é que outras realizações de “todos os N são Q” evocam uma transgressão “até mesmo se uma coisa é N, ela é Q”, ligando diretamente N a Q, sem intermediário de P: um grande número de casos é então assinalado (trata-se de “todos” os N), em cada um dos quais o locutor instaura uma relação transgressiva.

É claro, isso é curioso se, sendo-se aristotélico, admite-se que as idéias e seus elos implicativos devem ser apreendidos nas coisas. Como o locutor de “todos os N são Q”, poderia, sem contradição, ao mesmo tempo sustentar “até mesmo se uma coisa é N, ela é Q”, isto é, conceder que a Idéia de N conduz à de *não-Q* e, ao mesmo tempo, declarar que cada ser que é N, na realidade, é ser Q? Isso é menos curioso se, sendo-se mais platônico, considera-se nosso mundo como o retrato, por vezes falho, do domínio das Idéias, já que nosso locutor se contentaria então com ver em cada um dos seres do mundo que é ao mesmo tempo N e Q um defeito do retrato no qual a Idéia de N implicava a de não-Q. Mas, se isso dá conta do fato de que certos N, falhos, sejam Q, o Demiurgo podia ser tão desajeitado que *cada* N seja Q?

É um outro caminho que tentarei tomar. Trata-se de admitir, como já propus na introdução, que os discursos transgressivos são, não discursos complexos contendo a concessão de um discurso normativo, mas discursos primitivos, tão elementares quanto os discursos normativos. É claro, “N, no entanto Q” é aparentado a “N, portanto não-Q”, mas não é, para mim, porque “N, no entanto Q” contém “N, portanto não-Q”. É porque esses dois discursos constroem uma mesma definição, ou mais modestamente uma mesma visão, de N e de Q. Dessa visão, ao mesmo tempo “N, portanto não-Q” e “N, no entanto Q” são realizações particulares, sem que uma seja o fundamento da outra.

Retomemos o exemplo dos “benefícios”. Os locutores de “se é um benefício, eu lhe darei importância” e de “até mesmo se é um benefício, eu não lhe darei nenhuma importância” compartilham da definição do benefício como uma oportunidade para aquele que o recebe. É precisamente essa definição que os distingue do locutor do discurso paradoxal “se é um benefício, por causa disso, eu não lhe darei nenhuma importância” que toma o oposto dessa definição. Inversamente, essa escolha definitiva aproximaria do locutor de “todos os benefícios dos Deuses são negligenciáveis”, já que este último admite também a definição do benefício como uma oportunidade.

O que eu defendo, então, é que o locutor de “todos os benefícios dos Deuses são negligenciáveis” pretende estar conforme à definição do benefício como uma oportunidade, mas sem admitir a forma normativa “se é um benefício, eu lhe dou importância”. Mais precisamente, ele admite a forma transgressiva “até mesmo se é um benefício, eu não lhe dou nenhuma importância”. O que não o obriga, repito, a admitir a forma normativa, porque se trata de duas formas independentes de uma mesma definição. Compreende-se, assim, que o locutor de “todos os benefícios dos Deuses são negligenciáveis” não se contradiga dando a seu julgamento uma forma ao mesmo tempo transgressiva e universal (isso vale para cada benefício, até mesmo se é um benefício).

É completamente compatível constatar que cada N é Q e afirmar o elo “N, no entanto Q”, porque admitir este último não é admitir que N implica não-Q. É somente admitir a mesma definição de N e de Q que o locutor de “N, portanto não-Q”.

Volto à moral do Leão e do Rato. Na medida em que “todos os N são Q”, como se acaba de ver, pode significar “N, no entanto Q”, não se pode argüir do fato de que “freqüentemente” marca uma grande freqüência para concluir, como o fazia quem objetava, que “tem-se freqüentemente” necessidade de um menor do que a gente” conecta por “donc” (portanto) os termos “pequeno” e “necessidade”.

E de fato, nada impede que “freqüentemente” acompanhe um movimento transgressivo. É possível dizer:

Estranhamente, tem-se necessidade de um menor do que a gente.

A presença de “freqüentemente” não impõe a interpretação normativa, ou, na terminologia habitual, conclusiva (A2’).

b) Por que escolher (A2): o papel da fábula na interpretação da moral

Resta inversamente que nada impede também que “freqüentemente” acompanhe uma argumentação normativa. A interpretação (A2’) é possível. Então, por que ter escolhido (A2)?

(A2’) *se alguém é menor, pode-se, por causa disso, ter necessidade dele.*

(A2) *até mesmo se alguém é menor, pode-se ter necessidade dele*

Notar-se-á, em favor da interpretação transgressiva (A2), que a história que segue a moral, e que é considerada como “prova”, faz claramente apelo a um “pourtant” (no entanto). Encontra-se, de fato:

*Alguém teria algum dia acreditado
Que um Leão tivesse necessidade de um Rato?*

Ora, o locutor do primeiro verso declara explicitamente **surpreendente** que um Leão tivesse necessidade de um

Rato: o Rato é menor, *e no entanto* o Leão terá necessidade dele. A história do Leão e do Rato é uma aplicação de (A2), e não de (A2’). É a argumentação transgressiva que La Fontaine ilustra no corpo da Fábula. É, pois, (A2) que a moral exprime.

Esse último argumento permite à passagem avançar um pouco no estudo das relações entre moral e fábula, já que se vê aqui que a “ilustração” que o corpo da fábula fornece ajuda na interpretação da moral – encontrar-se-á esse fenômeno no parágrafo (3b). Essa possibilidade de que o co-texto ajude a interpretar a moral (uma moral colocada no início da fábula) poderia ser comparada ao caso dos provérbios. Parece, de fato, que cada ocorrência de provérbio coloca ao contrário no passado sua interpretação – o que explicaria o sentimento informal de que o provérbio está ancorado na *história* das nações, como a *lembrança* de uma sabedoria *antiga* – e nunca declararia que o co-texto participasse sistematicamente da interpretação do provérbio. Seria até mesmo, ao contrário, o provérbio que seria sistematicamente declarado participar da interpretação do co-texto, no caso de se aceitar a hipótese de Gomez-Jordana, segundo a qual os provérbios, quando colocados antes do texto que eles acompanham, fornecem o quadro interpretativo de seu co-texto.

c) A própria interpretação (A2’) é possível?

Esta terceira e última observação conduzirá, como se verá, a duvidar até mesmo da possibilidade de dar a interpretação normativa (A2’) ao verso de La Fontaine “freqüentemente se tem necessidade de um menor do que a gente”. O raciocínio se fundamenta numa pergunta que me fez Nadine Ly: a moral de La Fontaine é relativa aos seres *fisicamente* pequenos, de tamanho ou talvez de idade, ou aos seres (socialmente) fracos?

Esse ponto é de grande importância para o problema que nos interessa porque a possibilidade de interpretar:

Tem-se freqüentemente necessidade de um menor do que a gente

pela argumentação (A2’):

(A2’) *se alguém é menor, pode-se ter, por causa disso, necessidade dele*

reside exatamente no sentido que se dá a “pequeno”. Essa interpretação é possível, é o que vimos até aqui, entendendo-se “pequeno” em termos de tamanho; por outro lado, é o que vamos ver agora, a interpretação da moral (A2’) não é possível, se o verso de La Fontaine é entendido como relativo a fraqueza. Por quê? O argumento é que as explicitações do verso de La Fontaine e de (A2’) em termos de incapacidade não têm a mesma estrutura semântica e não podem, portanto, ser consideradas como paráfrases uma da outra.

Assim, tanto a explicitação do verso de La Fontaine em termos de fraqueza é compreensível:

Tem-se freqüentemente necessidade daqueles que nos parecem incapazes de nos trazer uma ajuda

quanto a mesma explicitação de (A2') pede um direcionamento interpretativo até aqui inútil:

se alguém nos parece incapaz de nos trazer uma ajuda, pode-se ter, por causa disso, necessidade dele.

Insisto no “até aqui”. Eu não procuro defender a hipótese de que a explicitação de (A2') é desprovida de sentido; o que eu defendo é que sua interpretação exige contextualizações diferentes daquela necessárias para a interpretação da explicitação da moral. Porque como então dizer que a explicitação de La Fontaine e a explicitação de (A2') têm o mesmo sentido? Como manter que o verso de La Fontaine evoca (A2')?

Notar-se-á inversamente que a explicitação de (A2) em termos de incapacidade não coloca esses problemas de contextualização:

Até mesmo se alguém nos parece incapaz de nos trazer uma ajuda, pode-se ter necessidade dele.

Ela se interpreta nos mesmos contextos que a moral de La Fontaine e é preciso, portanto, admitir, dando-se um alcance geral à fábula de La Fontaine, que é a transgressão (A2), e não o discurso normativo (A2'), que a moral evoca. É um “pourtant” (no entanto), e não um “donc” (portanto), que La Fontaine instaura entre “pequeno” e “ter necessidade dele” e é por isso que a explicitação de La Fontaine em termos de incapacidade é sem paradoxo – contrariamente à explicitação de (A2').

d) Um outro problema

Mas um problema a meu ver permanece. É que somos muitos a ter o sentimento de que essa fábula faz do fato de ser pequeno uma possível vantagem. Ora, esse sentimento não pode vir da evocação de (A2), já que essa argumentação é transgressiva e vê, portanto, no fato de ser pequeno uma desvantagem. Vamos ver que esse sentimento provém de uma ambigüidade de (A3).

3 (A3) é evocada graças ao caráter “exo-conectivo” de “ter necessidade de”.

Relembro (A3):

(A3) *Se não se recebe a ajuda de um menor, pode-se estar em má situação*

a) “ter necessidade de”: uma expressão exo-conectiva

Eu direi que uma expressão é *exo-conectiva* se ela conecta a entidade à qual ela está ligada a uma outra expressão. Dou três exemplos.

EXEMPLO 1: Vimos, no parágrafo 1, quando do estudo de “é preciso prestar serviço a todo mundo”, que a expressão “todo mundo” coloca “é preciso prestar serviço” no fim de uma argumentação transgressiva:

Até mesmo se alguém tem tal propriedade, é preciso prestar-lhe serviço.

A expressão “todo mundo” efetua, assim, uma conexão e, como ela não intervém na argumentação final evocada, ela é *exo-conectiva*.

EXEMPLO 2: o verbo “gostar”. O locutor de “Pedro gosta de comer cenouras” evoca uma argumentação do tipo de:

Se Pedro come cenouras, ele fica contente

Ora, é graças ao emprego do verbo “gostar” que se conectam (normativamente) “comer cenouras” e a expressão “ficar contente”. Como, além disso, esse verbo não aparece ele próprio na argumentação resultante, o verbo “gostar” é *exo-conectivo*.

EXEMPLO 3: o de certas predicções. Voltemos ao emprego de “ser perdido” no verso de que falamos no parágrafo (1c):

esse benefício não foi perdido.

Vamos ver, efetivamente, que essa predicção é, também ela, *exo-conectiva*.

Para isso, notar-se-á inicialmente que dizer que um benefício não foi perdido, é dizer que, graças a esse benefício, obteve-se alguma coisa. A predicção “esse benefício não foi perdido” evoca, portanto, a argumentação:

Era um benefício, portanto teve resultado.

É esse um primeiro passo, mas que não basta para concluir que a predicção de “não ser perdido” é *exo-conectiva*, porque é preciso primeiro assegurar-se de que é de fato ela que está na origem da conexão de “benefício” e “tem resultado”. Ora, esse não é necessariamente o caso. Assim, o enunciado “seus esforços não foram perdidos” evoca, também ele, uma argumentação normativa que liga seu sujeito gramatical à idéia de resultado:

ele fez esforços, portanto isso teve resultado.

Entretanto, essa conexão não tem aqui como origem a predicção de “não ser perdido”: a expressão “fazer esforços” já traz nela mesma a idéia de que se espera resultados (o que significa “fazer esforços” se não é “tender para um resultado?”), de modo que a predicção “não ser perdido” só explorou esse potencial semântico preexistente de “fazer esforços” – em termos técnicos, o predicado “não ser perdido” não seria aqui *exo-conectivo*

mas “internalizador”(cf. DUCROT, 2002),¹ ou de novo o artigo, de Gomez-Jordana que retoma a definição dessa noção). A situação é diferente para o termo “benefício” porque não há, na significação de “benefício”, a idéia de que um benefício vai ter resultados – eis por que Rousseau devia achar decepcionante o verso de La Fontaine – é exatamente, portanto, à predicação de “não ser perdido” que compete o papel de ter conectado “benefício” e “ter resultado”. Esse emprego predicativo de “não ser perdido” é exo-conectivo.

Voltemos então a “ter necessidade de”. Esse grupo verbal faz, também ele, parte das expressões exo-conectivas: como o verbo “gostar”, ele conecta seu complemento a outra coisa diferente dele mesmo. Mais precisamente, ele conecta com “portanto” a negação de seu complemento, a alguma coisa como “estar em má situação”: “ter necessidade da presença de Pedro”, evoca “se não se tem a presença de Pedro, fica-se triste”, ou, mais geralmente, “se não se tem a presença de Pedro, se está em má situação”; “ter necessidade da ajuda de um chaveiro” significa “se não se tem a ajuda de um chaveiro, tem-se dificuldade com sua porta”, ou ainda, “se não se tem ajuda de um chaveiro, se está em má situação”. No caso de:

Freqüentemente se tem necessidade de um menor do que a gente

é evocada a argumentação (A3):

(A3) *se não se recebe a ajuda de um menor, pode-se estar em má situação*

Distinguir-se-á essa construção por exo-conectividade de (A3) daquela de (A2), “pequeno, no entanto tem-se *necessidade* dele”. De fato, a construção de (A2) não se fundamenta sobre a exo-conectividade de “ter necessidade”: ele se fundamenta numa capacidade geral da língua de conectar dois termos no interior de um sintagma verbal (“*ter necessidade* de um *menor* do que a gente”), de modo que os termos conectados, “ter necessidade” e “pequeno”, intervêm na argumentação resultante. Em outros termos, a construção de (A2) fundamenta-se na simples relação gramatical; é, por outro lado, graças ao próprio sentido do verbo “ter necessidade de” que é introduzida a argumentação (A3).

b) Da ambigüidade de “um menor do que a gente”

Resta a questão dos pequenos. Como eu anunciava no final do parágrafo 2, parece-me que é (A3) – ou melhor, uma interpretação de (A3), que, aliás, a fábula

de La Fontaine não conserva, como veremos – que comunica a idéia de que o fato de ser pequeno pode ser uma vantagem. De fato, o segundo verso pode ser compreendido como significando:

tem-se freqüentemente necessidade de alguém que acontece ser menor do que a gente

ou como significando:

tem-se freqüentemente necessidade de alguém que seja menor do que a gente.

No primeiro caso, é evocada a interpretação (A3’) de (A3):

(A3’) *se não se recebe ajuda de alguém que acontece ser menor, pode-se estar em má situação.*

Não se supõe que o menor dê uma ajuda específica pelo fato de ser pequeno: trata-se apenas de uma ajuda que pode faltar se alguém deixa de ter relação com ele. No segundo caso, trata-se de ter necessidade de alguém que seja menor do que a gente. É então evocada a interpretação (A3’’) e (A3):

(A3’’) *se não se recebe ajuda de alguém que seja menor do que a gente, pode-se estar em má situação*

e supõe-se que o menor, desta vez, forneça uma ajuda específica, pelo fato de ser pequeno.

É sob a interpretação (A3’’) de (A3), e mais geralmente da moral, que aparece o sentimento de que o fato de ser pequeno pode ser uma vantagem e é talvez essa interpretação que o provérbio conserva “tem-se freqüentemente necessidade de alguém menor do que a gente”. O corpo da fábula, eu o anunciava, retira, por outro lado a ambigüidade em favor de (A3’). Acontece que certamente o Rato é pequeno, mas não é graças ao fato de ser pequeno que ele salva o Leão – é graças a seus dentes.

Conclusão

Este trabalho focalizou essencialmente a moral comum às duas fábulas “o Leão e o Rato” e “a Pomba e a Formiga”. Não que as morais me pareçam dever exprimir o que importa nas fábulas de La Fontaine. Como mostraram Declercq e Ducrot a respeito de “Os animais doentes de peste”, a verdadeira lição pode estar em outro lugar. Mas há, creio eu, um alcance lingüístico no estudo específico das morais, e é ele que eu resumirei nas quatro conclusões seguintes.

a) Primeiramente, as Fábulas e suas morais contêm elos argumentativos: não no sentido de que um raciocínio permitiria ir de uma a outra, mas no sentido de que elas contêm as mesmas argumentações.

Essa primeira observação permite avançar no estudo dos termos que La Fontaine utiliza para ligar suas morais e suas Fábulas. Fiquemos com a “prova” (a moral

¹ Esse texto de Oswald Ducrot, intitulado *Os internalizadores* foi publicado em português na revista *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, set. 2002. (NT)

abundante em provas). Nosso estudo dos elos argumentativos entre fábula e moral permite dizer que a Fábula é uma “prova” de sua moral, no sentido que ela a realiza, ou ainda que ela verifica seus princípios. Esse emprego do termo “prova” estaria assim em conformidade com um dos sentidos que Furetière dá a essa palavra – eu agradeço Irène Tamba por esta observação:

*diz-se **prova também** em relação a signos, marcas, verdade de alguma coisa. Deus nos dá todos os dias provas de seu amor. Esse valente deu cem provas de sua coragem.*

De fato, o locutor de “Deus nos dá todos os dias provas de seu amor” não afirma que Deus nos dá a cada dia argumentos que demonstram seu amor, por um raciocínio. O que ele afirma é que Deus nos *manifesta* a cada dia seu amor, nos *marca* seu amor. Acontece o mesmo quanto às relações da Fábula com a moral: a Fábula é uma “prova” da moral (ou ainda um “exemplo”, como La Fontaine dirá a respeito de “A Pomba e a Formiga”), pelo fato de que ela manifesta suas argumentações, pelo fato de que ela tem o mesmo sentido que sua moral. Chega-se assim aos trabalhos atuais de Rossari sobre o emprego conector da expressão “a prova”: Rossari (2024) afirma de fato que, contrariamente por exemplo a “porque”, a expressão “a prova” liga, não os fatos designados, mas os meios escolhidos para designá-los.

b) Segunda conclusão. Verificou-se igualmente que os provérbios e as morais, apesar de seus eventuais elos históricos, não têm o mesmo estatuto nos textos: a moral e a Fábula que a acompanha se associam às vezes (como no exemplo estudado aqui) para determinar seu sentido argumentativo comum; por outro lado, é sistematicamente que o provérbio ajuda na interpretação do texto que o acompanha.

c) Terceira conclusão. Sendo dada a ambigüidade argumentativa de certas construções (por exemplo a das conexões diretas entre palavras de um mesmo sintagma para as quais é freqüentemente possível escolher tanto a interpretação em “donc” (portanto) quanto a interpretação em “pourtant” (no entanto)) é possível que os provérbios e as morais das quais eles saíam, não tenham o mesmo sentido. A questão que se coloca particularmente é a de saber se os empregos proverbiais de “tem-se sempre necessidade de alguém menor do que a gente” evocam a argumentação normativa (A2’):

(A2’) *se alguém é menor, pode-se ter, por causa disso, necessidade dele*

e não a argumentação transgressiva (A2) que evoca, como vimos, a moral de La Fontaine:

(A2) *até mesmo se alguém é menor, pode-se ter necessidade dele*

(É, em todo caso, a interpretação normativa do provérbio que a publicidade “tem-se sempre necessidade de ‘petits pois’² (ervilhas) em casa” escolheu.)

Para responder a essa questão poder-se-ia buscar apoio num estudo lingüístico da oposição entre “freqüentemente” e “sempre” – ainda que, como apontou Jean-Claude Chevalier, tudo leve a pensar que a forma proverbial não seja tão fixa e que se encontrem, ao lado das formas contendo “sempre”, outras formas contendo “freqüentemente”.

d) Mas permanece o fato de que o provérbio com “sempre” é também suscetível de uma interpretação transgressiva. Imaginemos, por exemplo, que alguém conte a história do Leão e do Rato. Ele poderia introduzi-la ou concluí-la com um emprego proverbial “tem-se sempre necessidade de alguém menor do que a gente” e provavelmente ele evocaria, então, por meio desse provérbio, as mesmas argumentações que o verso de La Fontaine. Em particular, ele evocaria a argumentação transgressiva (A2). Mas como então manter, como propõe, por exemplo, Kleiber (2000), que os provérbios têm um conteúdo “genérico implicativo”? Como até mesmo dizer que são modelos de “raciocínio”?

Referências

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Flammarion, 1998 (republicação). Coleção Champs.
- DECLERCQ, G.; DUCROT, O. *Approche pragmatique et rhétorique des Animaux malades de la peste*. Albi (França). *Anais do Colóquio de Albi*. 1983. p. 5-38.
- DUCROT, O. Les internalisateurs. In: ANDERSEN; NOLKE (Org.). *Macro-syntaxe et macro-sémantique*. Berne (Suíça): Peter Lang, 2002.
- FAUCONNIER, G. Pragmatic scales and logic structures. *Linguistic Inquiry*, v. 6, n. 3, p. 353-375.
- FURETIÈRE, A. *Dictionnaire Universel, 1690*. Paris: Le Robert, 1978 (republicação).
- GOMEZ-JORDANA, S. Différences sémantiques du proverbe d'après la situation discursive. *Bulletin Hispanique*, tomo 107, n. 1, p. 119-139, 2005.
- KLEIBER, G. Sur le sens des proverbes. *Langages*, n. 139, p. 39-58.
- MAUSS, M. Essai sur le don. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1950.
- ROSSARI, Corinne. De la validation à la confirmation: analyse des justifications au moyen de car, la preuve, en effet et effectivement. In: BERRENDONNER; BONHOMME (Org.). *Essais de néo-rhétorique*. Berne (Suíça): Peter Lang, 2004.

² A publicidade de ervilhas em questão joga com o sentido da palavra “petit”, que se encontra em “plus petit” (menor) no provérbio, e com “petits pois” (ervilhas). (NT)